



# Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

**Prezados Acionistas e Administradores,** Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

**Cenário:** O ano de 2022 se encerrou com diversos indicadores positivos, como PIB e emprego, ainda assim, o exercício de 2023 permanece com grandes incertezas, com empresas e setor financeiro avaliando as primeiras propostas apresentadas pelo novo governo, tentando buscar a direção para tomada de decisão de investimentos.

**Inflação:** O BC elevou suas projeções de inflação para 2023, 2024 e 2025, em 5,96%, 4,02% e 3,8% (Fonte: Relatório FOCUS – 10/03/2023).

**Taxa de Juros (SELIC):** Espera-se queda da taxa SELIC ao longo dos próximos períodos, com início já no segundo semestre de 2023. Para o ano, projeta-se a taxa SELIC movendo-se em direção a patamares menos restritivos, próximos a 12,75%, 10,00% em 2024 e 9,00% em 2025 (Fonte: Relatório FOCUS – 10/03/2023).

**Produto Interno Bruto (PIB):** O BC elevou sua projeção para o PIB de 2023 para 0,89%. A autoridade monetária destaca que incertezas domésticas e no exterior permanecem elevadas, especialmente para esse exercício, de forma que as projeções de crescimento são mais incertas que o usual. Estima-se

crescimento do PIB em 1,50% em 2023 e 1,80% em 2025 (Fonte: Relatório FOCUS – 10/03/2023).

**Transporte:** O setor de transporte coletivo de passageiros sofreu significativos impactos desde o início da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) devido à queda do número total de passageiros transportados e a obrigatoriedade de manutenção dos altos níveis de oferta para garantir o distanciamento social. Observou-se nesse período, inclusive estendendo-se no primeiro semestre de 2022, o forte apoio do poder público com injeção de recursos nas empresas operadoras de mobilidade urbana por meio de subsídios visando manter-las em operação (e saudáveis financeiramente), garantindo assim o adequado nível de serviço à população. Importante observar que mesmo se tratando de serviço prestado por entidades privadas, estas apresentam a responsabilidade subsidiária (não solidária) do Estado, ou seja, em outras palavras e em última análise, nos casos de insolvência do concessionário há a responsabilidade subsidiária do poder concedente. O ano de 2022 marcou a retomada das atividades do setor, com melhora nos indicadores de desempenho dos operadores, especialmente no segundo semestre. Para o exercício de 2023, é esperado aquecimento do setor considerando-se a demanda reprimida ainda dos anos de Pandemia.

**Resultados:** A Caruana encerrou o exercício de 2022 com um total de ativos de R\$ 932.421 mil (R\$ 833.706 mil em 31 de dezembro de 2021), dos

quais as operações de crédito representaram R\$ 666.629 mil (R\$ 684.043 mil em 31 de dezembro de 2021), indicando redução de 2,55% no período. A Sociedade encerrou o exercício com resultado positivo de R\$ 9.664 mil (contra prejuízo de R\$ 1.443 mil no exercício anterior) e o Patrimônio Líquido encerrou o ano em R\$ 121.358 mil (R\$ 112.234 mil em 31 de dezembro de 2021). Seguindo seu planejamento estratégico, a Caruana tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, resultando no crescimento de 14,61% no exercício, quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 11.287 mil no exercício de 2022 contra R\$ 9.848 mil no exercício de 2021). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de serviços de meio de pagamento, direcionados ao setor de transporte de passageiros. O Patrimônio de Referência representou 16,47% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RAW), evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50% em 31/12/2022). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

**Destques:** A Caruana manteve no exercício de 2022 sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manutenção da perspectiva estável. A Sociedade continua em plena operação como

Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras de mercado. Atuando de forma conservadora, a Caruana permanece realizando captação de recursos trabalhando em conjunto com ampla base de Corretoras e atuando com distribuição própria, sempre optando pelas emissões sem resgate antecipado, mantendo elevado nível de Disponibilidade. Alinhado a sua estratégia, a Caruana se habilitou, no primeiro semestre de 2022, para operar com garantia do Fundo Garantidor de Investimento (FGI – Tradicional), configurando-se como a primeira instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação. A Sociedade segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos colaboradores pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 30 de março de 2023.  
A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<b>464.846</b>	<b>401.086</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>385</b>	<b>2.010</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>397.557</b>	<b>318.807</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	<b>9.996</b>	<b>19.807</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>		<b>25.465</b>	<b>13.306</b>
Outros Valores de Investimento	6	509	—
Operações Swap	6.1	276	—
Vinculados a prestação de garantias	6	24.680	13.306
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>24.283</b>	<b>4.493</b>
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>335.767</b>	<b>277.608</b>
Setor privado – Empréstimos		267.233	236.243
Setor privado – Financiamentos		87.143	77.477
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(18.609)	(36.112)
<b>Outros Créditos</b>	9	<b>2.046</b>	<b>3.593</b>
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7 e 7g	823	1.487
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(13)	(16)
Diferenças		1.236	2.122
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>66.904</b>	<b>80.269</b>
Outros valores e bens	3l	68.268	76.475
(-) Provisão para desvalorização	3l	(6.627)	(7.210)
Despesas antecipadas		5.263	11.004
<b>Não Circulante</b>		<b>464.391</b>	<b>432.620</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>402.635</b>	<b>365.310</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	<b>85.043</b>	<b>—</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	6	<b>19.101</b>	<b>23.014</b>
Vinculados a prestação de garantias		19.101	23.014
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>298.491</b>	<b>342.296</b>
Setor privado – Empréstimos		196.721	268.836
Setor privado – Financiamentos		114.709	100.000
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(12.939)	(26.540)
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>2.372</b>	<b>3.046</b>
Despesas antecipadas		2.372	3.046
<b>Outros Créditos</b>	9	<b>59.384</b>	<b>60.337</b>
Créditos Tributários	9 e 9a	59.384	60.337
<b>Investimentos</b>		<b>513</b>	<b>465</b>
Outros Investimentos		513	465
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>667</b>	<b>771</b>
Outras imobilizações de uso		3.204	3.371
(-) Depreciações acumuladas		(2.537)	(2.600)
<b>Intangível</b>		<b>2.004</b>	<b>2.691</b>
Ativos intangíveis		7.446	7.187
(-) Amortização acumulada		(5.442)	(4.496)
<b>Total do Ativo</b>		<b>932.421</b>	<b>833.706</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)				
	Nota	Capital Social	Aumento Capital	Lucros/(prejuízos) acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>123.379</b>	—	<b>(9.702)</b>
Prejuízo do exercício		—	—	(1.443)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>123.379</b>	—	<b>(11.145)</b>
Homologação de aumento de Capital	13a	—	3.060	—
Lucro líquido do exercício		—	—	9.664
Destinações do lucro:		—	—	—
Juros sobre capital	13d	—	—	(3.600)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>123.379</b>	<b>3.060</b>	<b>(5.081)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>		<b>123.379</b>	—	<b>(12.039)</b>
Homologação de aumento de Capital	13a	—	3.060	—
Lucro líquido do semestre		—	—	10.558
Destinações do lucro:		—	—	—
Juros sobre capital	13d	—	—	(3.600)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>123.379</b>	<b>3.060</b>	<b>(5.081)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional** – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4º andar conjudo 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A. Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva); b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Caruana.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de alterações inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), o CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R2) – Parte de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20; m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº 3.959/19; n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19; e) CPC 47 – Resultado de Contrato com Cliente – Resolução CMN nº 3.920/21. **Resultados do CMN que entraram em vigor a partir de janeiro de 2022:** • **Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021 – Plano de contas:** A Resolução BCB nº 92/2021 dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Caruana efetuou as devidas alterações, conforme disposto no normativo. • **Conversão de taxas:** A Resolução CMN nº 4.924/21, em conjunto com Resolução BCP nº 120/21, estabelece a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo BACEN, (PTAX) para a conversão de transações e demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. A Caruana não adotou tal opção. **Resultados do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:** • **Resolução CMN 4.966/21, de 25 de novembro de 2021 – Instrumentos Financeiros:** A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) Classificação e Mensuração; (ii) Reconhecimento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito; (iii) Atualização dos instrumentos por meio da taxa efetiva de juros contratual e (iv) Reconhecimento de juros para instrumento financeiro ativo em atraso. O Plano de Implementação, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN nº 4.966/21, prevê fases a serem executadas durante os exercícios de 2023 e 2024, para implementação a partir de 1º de janeiro de 2025. O plano é composto pelas seguintes atividades, dentre outras: Diagnóstico dos produtos e serviços operados; Avaliação dos processos, políticas, normativas internas e sistemas; Envolvimento das empresas provedoras e processadoras das operações/produtos; Elaboração da modelagem e premissas para perdas esperadas nos instrumentos financeiros; Avaliação pela Diretoria dos modelos de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros e; Treinamento e capacitação das unidades envolvidas. A Caruana vem acompanhando o processo de adoção da referida resolução, bem como dos seus impactos nas demonstrações financeiras que serão divulgadas a partir da conclusão da regulamentação. • **Lei nº 14.467/2022, de 16 de novembro de 2022:** Altera o tratamento fiscal para as perdas incorridas em operações com característica de crédito relacionadas às atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Além disso, conforme determina a Resolução CMN nº 4.924/21 (vigente a partir de 1º de janeiro de 2022), as Instituições Financeiras devem observar no reconhecimento, mensuração e evidênciação

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)			
	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>85.123</b>	<b>150.289</b>
Operações de crédito	7h e 8b	78.876	140.073
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	3.275	5.423
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.960	4.462
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		12	331
<b>Despesas de Intermediação Financeira</b>		<b>(44.443)</b>	<b>(84.903)</b>
Operações de captação no mercado	10	(43.434)	(79.369)
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7i	(1.009)	(5.534)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>40.680</b>	<b>65.386</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>		<b>(23.888)</b>	<b>(47.949)</b>
Receitas de prestação de serviços	14	5.758	11.287
Despesas de pessoal		(2.860)	(5.346)
Outras despesas administrativas	16	(23.704)	(48.345)
Provisões para riscos		(341)	(528)
Rendas de aplicações operacionais		(1.801)	(3.413)
Outras receitas operacionais	15a	397	91
Outras despesas operacionais	15b	(1.337)	(2.518)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>16.792</b>	<b>17.337</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>(1.322)</b>	<b>(3.452)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro</b>		<b>15.470</b>	<b>13.885</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	18	<b>(4.912)</b>	<b>(4.321)</b>
Provisão para imposto de renda		(843)	(2.025)
Provisão para contribuição social		(609)	(1.342)
Impostos diferidos		(3.460)	(953)
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício/Semestre</b>		<b>10.558</b>	<b>9.664</b>
<b>Quantidade de Ações – Média Ponderada</b>		<b>80.212.805</b>	<b>80.212.805</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) por Lote de Mil Ações – Básico e Diluído – R\$</b>	3k	<b>131.6310</b>	<b>120.4849</b>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
	Semestre 2022	2022	Exercício 2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do exercício/semestre</b>		<b>16.219</b>	<b>21.592</b>
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do exercício/semestre		10.558	9.664
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido</b>		<b>5.661</b>	<b>11.928</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		1.009	5.534
Depreciações e amortizações		555	1.191
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(1.805)	(583)
Impostos diferidos e correntes		4.912	4.321
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas		990	1.465
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>(16.295)</b>	<b>(22.218)</b>
(Aumento)/Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(63.842)	(75.232)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(5.979)	(8.235)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras		(22.781)	(19.790)
(Aumento) em operações de crédito		(39.800)	(19.888)
Redução em outros créditos		7.581	6.665
Redução/(Aumento) em outros valores e bens		10.573	14.622
Aumento/(Redução) em outras obrigações		1.489	(2.234)
Aumento em depósitos a prazo		104.649	130.711
Aumento em outros depósitos		14.915	14.185
(Redução) em recursos de aceites cambiais		(21.935)	(60.788)
Aumento em dívidas subordinadas		1.843	3.251
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras		(423)	(311)
Financiamentos em Instrumentos Financeiros derivativos		(12)	(67)
IRPJ e CSLL pagos		(3.419)	(5.117)
<b>Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>(76)</b>	<b>(636)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de ações		(48)	(548)
Baixa de ações		500	359
Aquisição de Intangível		(39)	(260)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>413</b>	<b>(449)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		3.060	3.060
Juros sobre capital próprio		(3.600)	(3.600)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>		<b>(540)</b>	<b>(540)</b>
<b>Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(203)</b>	<b>(1.625)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		588	2.010
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		385	385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valor Justo dos Instrumentos Financeiros:** Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Caruana utiliza a seguinte hierarquia: Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento; Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. **n) Resultado Não Recorrente:** A Caruana considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administração informa que não houve resultados não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**4. Caixa e equivalentes de caixa** – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional	385	2.010
<b>Total</b>	<b>385</b>	<b>2.010</b>

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2022	2021
<b>Vencimentos até 30 dias</b>		
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LFT/LTN)	9.996	19.807
<b>Venc</b>		

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento						
		Exercício 2021		Exercício 2022		
		Imposto de Renda	Contribuição Social	Total		
<b>f) A provisão para perda esperada apresentou a seguinte movimentação no semestre e nos exercícios:</b>						
	<b>2º Semestre</b>	<b>Exercício</b>	<b>Ano</b>			
	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>53.365</b>	<b>62.668</b>	<b>71.487</b>			
Constituição	4.866	22.778	45.316			
Reversão	(3.857)	(17.244)	(23.290)			
Baixas de créditos contra prejuízo	(22.813)	(36.641)	(30.845)			
<b>Saldo final</b>	<b>31.561</b>	<b>31.561</b>	<b>62.668</b>			
A perda esperada é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. O valor reconhecido de provisão para perda esperada no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.534 (R\$ 22.026 em dezembro de 2021).						
<b>f.1) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros refere-se a lucro obtido na cessão de crédito conforme a seguir demonstrado.</b>						
		<b>31/12/2022</b>				
Cessão de Crédito (*)			28			
<b>Resultado de cessão</b>			<b>28</b>			
(*) Cessão de crédito sem coobrigação com 5.362 contratos ao valor contábil de R\$ 27.956, registrados em carteira de prejuízo (conta de compensação).						
<b>g) Operações com cartões de crédito – A Faturar:</b> Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim representadas:						
	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
<b>Ativo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	823	1.487				
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>1.487</b>				
<b>h) Resultado das operações de crédito</b>						
	<b>2º Semestre</b>	<b>Exercício</b>				
	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>			
<b>Rendas de empréstimos</b>						
Capital de Giro	38.766	75.625	66.537			
Cartão de Crédito	1.672	3.419	3.420			
Conta Garantida	2.739	6.445	6.422			
<b>Rendas de Desconto de Títulos</b>						
Desconto de Títulos	1.028	867	3.069			
<b>Rendas de financiamentos</b>						
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	19.393	34.853	31.517			
<b>Total</b>	<b>63.598</b>	<b>121.209</b>	<b>110.965</b>			
<b>8. Créditos renegociados e recuperados de prejuízo – a) Renegociados:</b>						
	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	9.371	25.716				
Capital de Giro	141.279	174.796				
<b>Total</b>	<b>150.650</b>	<b>200.512</b>				
<b>b) Recuperados de Prejuízo:</b>						
	<b>2º Semestre</b>	<b>Exercício</b>				
	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>			
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	334	2.037	670			
Cartão de Crédito	621	719	352			
Capital de Giro	14.266	14.631	1.238			
Desconto	57	1.477	1.305			
<b>Total</b>	<b>15.278</b>	<b>18.864</b>	<b>3.565</b>			
<b>9. Outros créditos diversos</b>						
	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
Créditos tributários (Nota 9a)	59.384	60.337				
Impostos e Contribuições a compensar	310	–				
Adiantamento para pagamento de nossa conta	361	418				
Adiantamentos e antecipações salariais	33	24				
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7a e 7g)	823	1.487				
Devedores diversos no País (ii)	14.266	532				
(-) Perdas esperadas (Nota 7a)	(15)	(16)				
<b>Total</b>	<b>61.430</b>	<b>63.930</b>				
(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vendidas e operações a faturar. (ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente. <b>a) Créditos Tributários:</b> Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842/20, o CMN, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.						
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Constituições/ Reversões</b>	<b>Saldo 31/12/2022</b>			
<b>Diferenças temporárias</b>						
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	56.683	(1.308)	55.375			
Provisão para desvalorização de BNDU	2.878	(227)	2.651			
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	776	582	1.358			
<b>Total</b>	<b>60.337</b>	<b>(953)</b>	<b>59.384</b>			
Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa. A realização dos créditos tributários é baseada em estudo técnico interno que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.						
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Constituições/ Reversões</b>	<b>Saldo 31/12/2021</b>			
<b>Diferenças temporárias</b>						
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	52.512	4.172	56.684			
Provisão para desvalorização de BNDU	2.191	687	2.878			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	553	222	775			
Provisão para outros credores	199	(199)	–			
<b>Total</b>	<b>55.455</b>	<b>4.882</b>	<b>60.337</b>			
A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:						
	<b>Exercício 2022</b>					
<b>Ano</b>	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>	<b>Total</b>			
2023	1.566	940	2.506			
2024	4.611	2.766	7.377			
2025	4.260	2.556	6.816			
2026	4.279	2.568	6.847			
2027	3.419	2.051	5.470			
+ 5 anos	18.990	11.388	30.368			
<b>Total</b>	<b>37.115</b>	<b>22.269</b>	<b>59.384</b>			
<b>A Administração</b>						
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>				<b>David da Silva Teodoro – Contador CRC 1SP 324.105/O-0</b>		
Aos Administradores e Acionistas da <b>Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento</b>						
<b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</b> A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. <b>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não do objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.						
São Paulo, 30 de março de 2023.						
<b>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.</b>						
CRC nº 2 SP 011.609/O-8						
<b>Victor Vinicius Zanettin Zavagli</b>						
Contador CRC nº 1 SP 289.692/O-4						
<b>Deloitte.</b>						